

Cartas da Companhia de Jesus: monumentos de memória histórica e construção da identidade jesuíta

Cartas de la Compañía de Jesús: monumentos de memoria histórica y construcción de la identidad jesuita

Ana Luiza Taborda da Paixão Ribeiro

Mestrando em Educação
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
analuizatapa@gmail.com

Célio Juvenal Costa

Doutorado em Educação
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
celiojuvenalcosta@gmail.com

Felipe Augusto Fernandes Borges

Doutorado em História
Instituto Federal do Paraná (IFPR)
felipe.borges@ifpr.edu.br

Recebido: 13/06/2026

Aprovado: 14/06/2026

Resumo: Este artigo trata sobre as cartas da Companhia de Jesus e sua relação com o conceito de monumento histórico e as intencionalidades presentes em sua escrita e produção. Assim, o problema em estudo reside em como as cartas da Companhia de Jesus podem ser interpretadas como monumentos de memória histórica e cultural, considerando a intencionalidade presente na sua redação e os objetivos dos jesuítas em influenciar a formação da percepção do Novo Mundo. Tal análise contribui para que se possa compreender os aspectos pertinentes à construção da identidade jesuíta e a sua influência na sociedade. Para isso, analisa-se o desenvolvimento da escrita jesuíta e sua intencionalidade, relacionando-a com o conceito de fonte histórica, a fim de apresentar a fonte e sua importância para as pesquisas científicas, bem como compreender as cartas jesuíticas em sua intencionalidade. Por fim, ao tratar das cartas jesuíticas como monumentos de memória, este estudo não apenas reitera o valor documental dessas correspondências, mas também propõe uma reflexão sobre o papel da escrita na construção de identidades e na preservação de narrativas históricas.

Palavras-chave: História; Companhia de Jesus; Documento/Monumento.

Resumen: Este artículo aborda las cartas de la Compañía de Jesús y su relación con el concepto de monumento histórico y las intenciones presentes en su escritura y producción. Así, el problema en estudio radica en cómo las cartas de la Compañía de Jesús pueden ser interpretadas como monumentos de memoria histórica y cultural, considerando la intencionalidad presente en su escritura y los objetivos de los jesuitas al influir en la formación de la percepción del Nuevo Mundo. Este análisis contribuye a

comprender los aspectos pertinentes a la construcción de la identidad jesuita y su influencia en la sociedad. Para ello, se analiza el desarrollo de la escritura jesuita y su intencionalidad, relacionándola con el concepto de fuente histórica, con el fin de presentar la fuente y su importancia para la investigación científica, así como para comprender las cartas jesuitas en su intencionalidad. Finalmente, al considerar las cartas jesuitas como monumentos de la memoria, este estudio no solo reitera el valor documental de estas correspondencias, sino que también propone una reflexión sobre el papel de la escritura en la construcción de identidades y la preservación de narrativas históricas.

Palabras clave: Historia; Companhia de Jesús; Documento/Monumento.

Introdução

As cartas da Companhia de Jesus, redigidas durante o período da colonização do Novo Mundo, são documentos de grande relevância histórica, cultural e social. Tais correspondências não apenas relatam as atividades missionárias dos jesuítas, mas também desempenham um papel crucial na construção de uma narrativa que contribuiu para moldar a percepção europeia sobre as terras e povos que estavam sendo descobertos e evangelizados. Ao serem analisadas sob a perspectiva da história e da memória, essas cartas podem ser interpretadas como verdadeiros monumentos, não como uma estátua, mas como registros perenes que ajudam a construir e preservar uma visão específica da realidade colonial. Neste contexto, o estudo das cartas jesuíticas revela-se fundamental para compreender a sua contribuição para a formação de uma identidade cultural e histórica do Novo Mundo.

A escrita jesuítica, carregada de intenções estratégicas e religiosas, foi um dos principais instrumentos utilizados pelos jesuítas para influenciar a opinião pública e as decisões políticas na Europa. Essas cartas eram cuidadosamente elaboradas para relatar sucessos missionários, descrever os costumes dos povos indígenas e exaltar as possibilidades de expansão da fé católica. No entanto, além de seu valor informativo, essas correspondências devem ser compreendidas em um contexto mais amplo, em que a narrativa construída visava também legitimar e perpetuar a presença e a influência jesuítica nas novas terras. Assim,

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações. (Bloch, 1997, p. 83)

Por isso, para além da simples transmissão de informações, as cartas da Companhia de Jesus serviram como fontes históricas que, ao mesmo tempo, informam e transformam a realidade sobre a qual escrevem. A dualidade dessas correspondências, como fontes que tanto registram quanto constroem a história, destaca a importância de uma análise crítica dessas narrativas.

Este artigo, portanto, propõe-se a investigar as cartas jesuíticas não apenas como documentos históricos, mas como elementos ativos na construção de uma memória cultural e histórica. Para isso, inicialmente, apresenta a fonte histórica e sua importância para aqueles que fazem pesquisa científica no campo histórico. Em seguida, é apresentado um estudo das orientações desenvolvidas para a escrita das cartas da Companhia de Jesus e sua monumentalidade.

Como início desta reflexão fica expresso que ao tratar das cartas jesuíticas como monumentos de memória, este estudo não apenas reitera o valor documental dessas correspondências, mas também propõe uma análise sobre o papel da escrita na construção de identidades e na preservação de narrativas históricas.

A abordagem crítica dessas fontes revela a complexidade das intenções que permeiam a produção jesuítica e a maneira como essas cartas contribuíram para a configuração de uma visão do Novo Mundo que, ainda hoje, influencia a compreensão da história e da cultura das Américas. Dessa forma, ao investigar a intencionalidade das cartas jesuíticas, o artigo abre caminho para uma discussão mais ampla sobre o papel das fontes históricas na construção da memória coletiva e da identidade cultural.

As fontes e sua importância para a pesquisa acadêmica

As fontes são instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas no âmbito historiográfico. Tal relevância se dá justamente pelo objeto de pesquisa da história ser, como define Marc Bloch (1997), o estudo dos seres humanos no tempo. Portanto, é necessário ao pesquisador se debruçar sobre diferentes épocas e períodos históricos, escavando o passado para que ele apresente seus fatos ao presente, podendo assim ser devidamente interpretado em suas nuances.

Barros (2019, sem paginação) define “fonte histórica” como:

[...] tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história.

Assim, as fontes são esses vestígios que demarcam aquilo que aconteceu no passado e que influencia ou deixa alguma herança histórica, política, social ou material no mundo. Uma fonte compreende um pedaço daquilo que passou e que pode auxiliar na construção de uma narrativa histórica, seja ela bem ou mal intencionada.

Segundo Castro (2017), as fontes históricas são necessárias para a pesquisa científica e apesar de, por muitos anos, ter sido difícil acessá-las, hoje elas têm se tornado mais acessíveis ao pesquisador devido à disseminação tecnológica que tem acontecido nos últimos anos.

O autor menciona que as fontes que antes permaneciam limitadas às bibliotecas, museus e arquivos agora podem ser acessadas de maneira mais prática na forma digitalizada e salva em navegadores, nuvens, computadores etc. Nesse sentido:

Os documentos digitalizados e/ou eletrônicos armazenados nesses lugares contribuem para o “resgate” e a produção de memórias perdidas em papéis, nem sempre conservadas, trazendo fragmentos de informações corroídas pelo tempo, dificultando a montagem de um corpus textual sobre o conjunto de práticas e saberes construídos por homens e mulheres do passado. (Castro, 2017, p. 233).

Essa facilitação tem sido um instrumento importante nas mãos dos pesquisadores que podem acessar mais facilmente tais informações e, consequentemente, conseguem dar voz àqueles que falaram há tempos atrás e permite que eles não fiquem restritos às questões do seu tempo.

Tal análise da pesquisa histórica possui uma dimensão inspiradora, porém os desafios que as fontes históricas proporcionam ao pesquisador também são reais, afinal para que se possa ouvir e compreender os atores das histórias desenvolvidas em sua época específica se faz necessário compreender que elas dizem muito sobre o tempo em que foram produzidas, cabendo ao pesquisador vincular essa relação da fonte com o seu tempo a fim de não a tornar refém das concepções da atualidade e nem a condicionar a ser apenas parte de um passado distante e inalcançável.

Tudo aquilo que pode ser tomado ou constituído pelos historiadores como fonte - sejam textos de quaisquer tipos, imagens registradas por processos os mais diversos, ou objetos materiais deixados pelas mais variadas atividades humanas - têm um “lugar de produção”. Quando olhamos para um texto ou objeto como fonte histórica, precisamos imediatamente enxergar nelas o lugar que as produziu - o feixe de fatores e elementos que tornaram possível aquele objeto ou aquele texto, a sociedade que se mostra através desta fonte, o processo que se deixa entrever por meio do resíduo ou do sintoma que está materializado à nossa frente sob formas as mais diversas (Barros, 2020, sem paginação).

Barros (2020), ainda tratando sobre a fonte e seu lugar de constituição, afirma que um bom historiador possui como ponto de partida em sua pesquisa olhar e compreender o “lugar de produção”, saber de onde, como e de que maneira aquela fonte foi produzida. O autor ainda pontua sobre o texto e suas falácias, as quais dizem respeito sobre quem escreveu, porém, ainda assim, em seu corpo, todo trabalho expressa muito sobre o lugar em que foi produzido.

Nesse contexto, após ter-se delimitado o “lugar de produção” de sua fonte (tema, recorte espacial e cronológico) é necessário que se realize a análise dessas fontes e se justifique sua escolha. Embora o tema e problemática da pesquisa possam explicitar qual fonte será necessário consultar, ainda assim há possibilidades para refinar os materiais a serem consultados no trabalho (Barros, 2020) a fim de que a fonte possa apresentar mais conteúdos importantes referentes ao tema a ser pesquisado. Conforme isso:

De um lado, o manuseio das fontes é feito a partir do seu tempo de escrita e do suporte onde a informação se materializou. Dito de outra forma, é preciso entender as regras prescritivas gramaticais, os termos, as expressões do período onde o documento foi gerado. De outro lado, importa perceber as mudanças de estatuto de um documento quando passa do seu meio original de circulação para outro (do manuscrito para o impresso e deste para o eletrônico, por exemplo). (Castro, 2017, p. 240).

As fontes históricas são, como mencionado, objetos necessários para a pesquisa em história da educação e possuem em sua constituição informações que se apresentam na sua escrita, divulgação, catalogação e posterior compartilhamento. Ao pesquisador cabe analisar essas informações transformando-as em conhecimento científico de forma crítica e consciente.

Assim, ao analisar os documentos da Companhia de Jesus, os pesquisadores precisam observar seu contexto de produção, sua intencionalidade e a quem as cartas escritas pelos padres eram destinadas. A seguir, discutiremos sobre a ordem dos inicianos e suas produções escritas como fontes, bem como as intencionalidades por trás desses trabalhos.

As cartas da Companhia de Jesus: fonte neutra ou intencional?

A Companhia de Jesus foi uma ordem da Igreja Católica que se desenvolveu no período da Reforma Católica, em que a Igreja buscava meios de suprimir a influência que a reforma protestante havia obtido dentro da sociedade europeia.

Oficializada em 1540 como ordem católica pelo Papa Paulo III, tinha como foco a conversão dos gentios, instrução e doutrina dos católicos, bem como a redução do número de infieis. Com esses objetivos a ordem se desenvolveu e iniciou a execução de seu trabalho no seio da igreja, tendo como intuito inicial ir a Jerusalém peregrinar e evangelizar a Terra Santa. A ordem logo tomou um caráter missionário, acompanhando navios de diversos reinos (autorizados pelo Superior Geral da ordem e pelos monarcas reais), a fim de catequizar os povos nativos das colônias que haviam sido conquistadas no período das grandes navegações. Agregando ainda mais funções a esse trabalho, a Companhia de Jesus iniciou suas atividades com fins educativos, os quais se tornaram fundamentais para a ordem ao longo dos seus anos de atuação.

Com o intuito de regular, organizar e direcionar o trabalho interno, Inácio de Loyola estabeleceu um sistema de escrita de cartas que servia para uma comunicação mais efetiva dentro da Companhia. Como a ordem começou a se fazer presente em diferentes lugares do mundo, foi se tornando cada vez mais necessário centralizar sua atuação a fim de que a corrupção e desordem não pudessem ocupar lugar de destaque sobre os jesuítas. Segundo consideração daquilo que os seus próprios membros diziam vivenciar:

A prática epistolar promovia a união entre os membros da Ordem, encorajando e auxiliando a um bom governo da Companhia e à boa distribuição dos missionários. Favorecia o bom nome da instituição, o surgimento de vocações e a ajuda por parte dos simpatizantes. De modo mais específico, havia regras que deviam ser observadas nas cartas enviadas pelos membros da Sociedade, que se encontravam fora de Roma. Tais regras incidiam sobre a organização, a ordem do conteúdo, o número de cópias a extrair e enviar para Roma. (Rosa, 2015, p. 12)

Assim, a escrita epistolar e autográfica foi um instrumento de divulgação jesuíta ao longo do seu período de expansão, a qual não detinha, como as ordens mais antigas da igreja, como dominicanos e franciscanos, o respeito e a confiança dos europeus da época e precisava se consolidar socialmente. Para além desse objetivo os religiosos escreviam a fim de fortalecer os laços entre si, instigar os jovens a se candidatarem a ordem e gerenciar as atividades nas missões e tomadas de decisões (no caso das cartas particulares).

Porém, é no contexto de autodivulgação e preservação da Companhia de Jesus que se detém o desenvolvimento deste artigo, pois ao compreender a fonte como vestígios de um determinado período histórico e, sendo assim, produto de uma época, de uma intencionalidade e daqueles que pensaram em tal momento e produziram determinado conteúdo, cabe ao historiador olhar para este contexto e essa fonte desconhecida, pois:

O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam, só poderíamos [portanto] falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu; do físico, que, retido no quarto pela gripe, só conhecesse os resultados de suas experiências graças aos relatórios de um funcionário de laboratório. Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente "indireto" (Bloch, 1997, p. 69).

Fica perceptível sob esse posicionamento que as informações históricas são desafiadoras para os pesquisadores das Ciências Humanas, pois elas representam algo ao qual o pesquisador não é capaz de viver em uma experiência própria. É assim que a fonte, no caso particular deste texto, os relatos escritos pelos padres jesuítas, são capazes de proporcionar informações sobre seu período histórico a fim de que o historiador produza “uma ponte” entre o presente e o passado, já que não é possível ao pesquisador ter acesso a tal realidade no sentido de “momento presente”.

Nesta nossa reflexão cabe a compreensão de alguns conceitos apresentados por Le Goff (2003) sobre memória e o documento como monumento. O autor, ao tratar dos conceitos de documento e monumento, apresenta uma distinção entre ambos, pois para ele o monumento é “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, [e] por exemplo, os atos escritos” (Le Goff, 2003, p. 536). Porém, o mesmo ressalta que usualmente, desde a Antiguidade romana, o monumento se relaciona a um material que rememore algo ou uma pessoa após sua morte.

Oposto a isso, documento tem como significado como um “papel justificativo” objetivo e que tem como importância para o fato histórico por ser um testemunho “escrito” do passado. O autor ainda apresenta, de forma crítica, o ideal positivista destinado aos documentos, pelo qual a única “habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos” (Le Goff, 2003, p. 537).

Nessa concepção, uma análise documental deveria ser uma análise neutra que não acrescentasse contextos históricos e sociais naquilo que se define como fonte. Esse tipo de análise por vezes prevalece em alguns escritos que acabam por discorrer muito sobre os documentos e seu conteúdo, porém pouco o problematizam.

Tratando especificamente das cartas jesuíticas, isso também pode apresentar algumas dificuldades ao pesquisador, que ao se deter somente ao que foi narrado pela escrita apostólica pode

ser enredado em uma “armadilha” construída pelos próprios membros da ordem. Isso ocorre porque os padres tinham como orientação, na sua organização da escrita apostólica, o fato de que determinados tipos de textos poderiam ser destinados a determinados tipos de pessoas.

Nas primeiras Constituições da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola trata sobre isso e adverte sobre a organização hierarquizada da ordem e a comunicação entre seus diferentes membros, destacando:

À mesma virtude de obediência pertencente à subordinação bem cuidada de uns Superiores para com os outros, e dos seus inferiores para com os mesmos, de maneira que os particulares que estão em alguma Casa ou Colégio, recorram a seu Prepósito local ou Reitor, e sejam governados por eles em todas as coisas; os que estão espalhados pela Província, recorram ao Provincial, ou a algum outro local mais próximo segundo lhe foi ordenado. E todos os Prepósitos locais ou Reitores se comuniquem muito com o Provincial, e assim mesmo sejam governados pelo mesmo em tudo. E da mesma maneira terão os Provinciais terão com o Geral. Porque assim mantida a subordinação, manterá a união que nela consiste, mediante a graça de Deus nosso Senhor. (Loyola, 1963, p. 558-9)¹.

Assim, o processo comunicativo deveria ser ordenado conforme os níveis eclesiásticos dos membros da ordem. Os Superiores comunicavam-se entre si e recebiam informações de seus subordinados independentemente de estarem em colégios ou províncias. Essa subordinação, segundo Loyola (1963), manteria a união entre eles. Os reitores também se comunicavam com o Provincial e este com seu Geral e “Porque assim mantida a subordinação, manterá a união que nela consiste, mediante a graça de Deus nosso Senhor”

Mais especificamente sobre a escrita de cartas, ele definiu a comunicação segundo o que havia sido apresentado anteriormente, comunicando-se os inferiores com seus superiores, uns com os outros e sempre transmitindo as novidades entre si:

Ajudará muito também a comunicação de cartas missivas entre os inferiores e Superiores, com o conhecimento mútuo, e entendendo as novidades e informações, que vierem de todas as partes; da qual os Superiores serão responsáveis, em especial o Geral e os Provinciais, ordenando como em cada parte se deve saber sobre as outras o que é para consolação e edificação mutua no nosso Senhor (Loyola, 1963, p. 561).

Assim, de acordo com Londoño (2002), foram estabelecidas responsabilidades para a geração das informações e para seus destinatários. Prazos foram definidos, assim como a produção de cópias e a circulação dessas informações, levando em conta as línguas e os temas a serem abordados nas

¹ Realizamos a tradução própria das citações diretas a fim de facilitar a compreensão do leitor.

cartas. O autor ainda afirma que conforme a visão hierárquica de Loyola, a comunicação deveria ocorrer de maneira vertical, em relação ao governo, e horizontal para fortalecer a união dos padres.

Assim, o objetivo da escrita era justamente o de organizar os membros e, além disso, transmitir o nome da instituição a fim de conquistar novos discípulos e receber auxílio de possíveis simpatizantes da atuação jesuíta, tanto nas colônias, quanto na Europa. Nesse sentido, ao analisar uma carta escrita por padres jesuítas, cabe ao pesquisador buscar sobre o momento e a intencionalidade do documento, o qual não foi escrito apenas com o intuito meramente informativo. Le Goff (2003, p. 546), ao tratar de documento/monumento apresenta isso pois,

Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico, pode muito bem detectar-se ao nível dos dados mediante os quais a atual revolução documental tende a substituir os documentos.

Como apontado por Le Goff (2003), o documento precisa ser compreendido e analisado em sua posição de monumento, sendo produto de uma época que o elaborou com um objetivo específico. Assim, ao compreender o motivo da perpetuação dele e desconstruir essa monumentalidade, o pesquisador consegue produzir uma pesquisa imbuída de cientificidade. Quando Inácio de Loyola determinou a escrita epistolar como obrigatória aos padres e a organizou, como veremos a seguir, ele tinha um objetivo que visava um benefício para a Companhia de Jesus.

Realizar uma análise inocente dedicando aos escritos jesuítas uma verdade que eles não detinham, compreende validar todas as ações dos padres dentro de sua atuação como neutras e inócuas. Isso pode ser perigoso e gera um posicionamento que Le Goff (2003, p. 546) compreende como não científico, pois “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.

A organização da escrita epistolar também foi definida por Loyola (1963) nas suas Constituições, o qual delimitou como deveriam ocorrer tal escrita de cartas.

Os Prepósitos Locais ou Reitores de uma província, e os que são enviados para frutificar in agro Domini, devem escrever ao seu Prepósito Provincial toda semana, se possível; e o Provincial e os outros ao Geral, se estiver próximo, toda semana; e sendo de outros reinos, onde não há aquela comodidade, os particulares que foram enviados à frutificar, os Prepósitos locais e Reitores, bem como Provinciais, escrevam uma vez ao mês ao Geral; o mesmo Geral irá escrever para eles comumente uma vez ao mês, pelo menos aos Provinciais, e estes aos locais e Reitores e particulares que forem necessários, também uma vez ao mês, e mais de uma parte e outra, segundo as necessidades em nosso Senhor. (Loyola, 1963, p.561)

Assim, superiores locais e reitores escreviam ao superior provincial semanalmente. O provincial e os outros ao geral em Roma mensalmente. A resposta das cartas deveria ser mensal a fim de manter uma comunicação constante entre eles. Essa comunicação se tornou mais efetiva e complexa com o passar do tempo, sendo uma característica derivada dessa organização definida por seu fundador.

Para além da organização das cartas, Loyola definiu os objetivos dos diferentes tipos de escritas, organização essa que é interessante ser analisada no contexto da escrita deste trabalho.

Inácio de Loyola em 1542 escreve sobre a produção das cartas por seus membros e delimita de forma precisa como estas deveriam ser elaboradas de forma coerente, a fim de transmitir aos leitores dos textos aquilo que a recém formada ordem necessitava que lhes fosse transmitido. Essa necessidade, segundo ele, ocorreu pelo desejo de muitos em ler as cartas e a dificuldade dele em mostrá-las: “Mas não ousamos mostrar a muitos que nos são afeiçoados e desejam ler nossas cartas, porque elas não têm nem guardam ordem alguma. Falam nelas de assuntos que não vêm ao caso.” (Cardoso, 1993, p. 28-33)

A fim de suprir essa necessidade o autor apresenta então uma orientação prática de como elaborar e organizar a escritas das cartas pelos membros da ordem:

Escreva-se na carta principal o que cada um faz em sermões, confissões, Exercícios e outras obras espirituais conforme Deus N. S. o executa através de cada um, quanto possa servir para maior edificação dos ouvintes ou leitores.

Se a terra fosse estéril e não houvesse assunto para carta, declare-se em poucas palavras sua saúde corporal, alguma conversa com alguém ou fatos semelhantes. Mas não se misture matéria que não vem ao caso. Deixem-na para folhas separadas, nas quais podem vir as datas das cartas recebidas e o gozo espiritual e sentimentos experimentados ao lê-las; enfermidades, notícias, negócios, podendo até alargar-se em palavras de exortação. (Cardoso, 1993, p. 28-33)

Neste ponto é possível perceber que os membros da ordem deveriam filtrar e organizar como proceder na escrita de tais documentos. As cartas principais eram cartas edificantes que divulgavam o bom trabalho dos membros da ordem pelo mundo, nestas era necessário descrever aquilo que trouxesse esperança e consolo aos leitores do documento. Já as outras informações deveriam ser escritas separadamente a fim de serem lidas por aqueles que não eram membros da ordem.

A fim de haver uma execução mais eficaz deste comando, na mesma carta, Loyola apresenta uma orientação de como essas cartas deveriam ser escritas. O autor afirma que “A carta principal, eu

a escrevo uma vez, narrando fatos edificantes. Depois, olhando e corrigindo e ainda considerando todos os leitores dela, torno a escrever, atendendo melhor ao que se declara.” (Cardoso, 1993, p. 28-33).

Loyola, assim, define que para uma carta principal se tornar edificante ela precisa ser escrita, lida e repensada com o objetivo de atender às expectativas de seu leitor, e não causar espanto a nenhuma dessas pessoas.

Em contrapartida o autor apresenta a escrita das cartas particulares que serviam para a organização dos trabalhos e solução dos problemas relativos às missões: “Deixo para folhas separadas as outras particularidades impróprias da carta principal e não aptas para edificação. Nessas folhas pode alguém escrever às pressas, da abundância do coração, ordenada ou desordenadamente.” (Cardoso, 1993, p. 28-33), com isso é perceptível que aquelas de caráter principal

[...] tinham um valor estimulante, consolador dos trabalhos, principalmente dos missionários, além do valor de agregar as pessoas. As cartas edificantes eram distribuídas pelas casas e colégios e lidas como verdadeiras fontes de inspiração, consolação e estímulo dos ouvintes. (Costa, 2002, p. 207)

Loyola (1963, p. 561) ainda determinava que ambas as cartas principais (em língua vulgar² e latim) fossem enviadas duplicadas ao provincial para que este enviasse tais cópias ao Geral, juntamente com outra sua “onde diz o que é notável ou edificante que os particulares não tocam; e a outra faz tantas cópias que basta para avisar aos demais da sua Província”. Observando isso fica claro que

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (Le Goff, 2003, p. 547)

No caso dos escritos jesuítas sua montagem é intencional, tendo sido determinada no documento orientador dos membros da ordem (As Constituições), como as cartas deveriam ser escritas, optando-se aos registros que eram encaminhados aos copistas para divulgação da ordem apenas. Esses documentos tinham fins de educação, tanto dos próprios membros, como daqueles que não participando da ordem poderiam abençoá-la com bonificações.

² Língua local das diversas províncias e/ou regiões em que os padres se encontravam.

Na mesma carta escrita por Loyola, este escreve pedindo dedicação aos membros da ordem na escrita das cartas e orientando a produção destes documentos quinzenalmente com o objetivo claro de “proveito espiritual e consolação das almas” (Cardoso, 1993, p. 28-33):

Portanto, torno a pedir-vos por amor e reverência de sua divina Majestade que, com a boa vontade e inteira inteligência, trabalheis neste ponto que importa não pouco ao **proveito espiritual e consolação das almas**. Podeis escrever de quinze em quinze dias uma carta principal, revista e emendada, que equivale ao trabalho de duas cartas, deixando para folhas separadas e alargando como quizerdes o assunto destinado para quem somente tender a escrever (Cardoso, 1993, p. 28-33, grifo nosso).

É por esta razão que ao ler um documento jesuítico sempre se faz necessário relembrar o período histórico de seu desenvolvimento e todo o processo de manipulação intencional da escrita e das posteriores interpretações das cartas.

Esta organização com o desenvolvimento da ordem passou por algumas modificações devido à sua expansão. Costa (2002), afirma que na segunda Congregação Geral da ordem, organizada por Francisco de Borja, o assunto das cartas foi debatido e algumas modificações ocorreram, fato relatado por Leite (1960):

O constante aumento da Companhia de Jesus na Europa e no Ultramar impôs a necessidade de disciplinar a redação das cartas, de elaborar catálogos sistemáticos, e de proceder à conservação dos documentos autênticos sobre bens materiais. Estudou-se o assunto e deram-se as seguintes normas: Cartas. O Padre Geral distingue entre cartas de governo ou negócios internos e cartas de edificação ou de notícias. Quanto às primeiras, com seu âmbito certo, nada havia que inovar. Mas das de notícias deveriam fazer-se oito cópias para se enviarem a outras Províncias da Europa e das Missões ultramarinas. O ânimo [excessivo] trabalho de tantas cópias, que Roma não podia assumir e Portugal também não, ocasionou um debate entre Lisboa e Roma. A 2.ª Congregação geral (1565) examinou o ponto das cartas de notícias ou edificação e, pelo Decreto 37 (post electionem), determinou que para o futuro em vez de “Quadrimestres” se escrevessem “Ânuas”. Já obedece a esta norma a “Carta Anua” de 16 de Janeiro de 1568, do P. Amaro Gonçalves (Leite, 1960, p.51-52 da Introdução).

Assim, as cartas ânuas passaram a ser os grandes documentos divulgadores da ordem pelo mundo, sendo sempre extensas e apresentando diversas informações e detalhes sobre os acontecimentos e as missões ultramarinas. Essas cartas, mais elaboradas, acabavam causando problemas para alguns padres da ordem que reclamavam das atividades copistas “pois, o serviço era deveras trabalhoso e exaustivo, além de requerer recurso humano para este fim” (Costa, 2002, p. 209).

O contínuo incentivo à troca regular de cartas, a indicação do conteúdo das cartas formais e das informais, a quantidade das cartas, a recomendação legal da continuidade da correspondência, fazem, sem dúvida alguma, do epistolário jesuíta uma das principais características da organização deles. A carta é a liga, material e

espiritual ao mesmo tempo, da organização, pois não apenas incentiva a sistematização das ações, mas também obriga a que se pense, cotidianamente, em toda a corporação. (Costa, 2002, p. 211)

A partir disso é possível observar que o desenvolvimento da escrita das cartas e sua consequente organização foi essencial para que a Companhia de Jesus fosse conhecida como uma ordem de grande influência mundial devido à sua atuação na Europa e suas colônias do Oriente, África e Américas. Essa influência foi resultado do esforço dos próprios inicianos em seu autopromover. Le Goff (2003, p. 548), compreende que o documento “Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”.

Assim, se faz necessário ao historiador olhar para as produções dos padres jesuítas como escritas constituídas de maneira intencional a fim de divulgar os trabalhos da ordem. Essa divulgação servia de alento aos próprios inicianos que constituíam suas missões em ambientes desafiadores ao seu costume europeu, sendo a carta um meio de expor suas dificuldades, além de receber consolo e mesmo doações, em solidariedade às suas mazelas.

Tal promoção também servia para angariar bens e valores para a Companhia que, sendo uma ordem de premissa mendicante, precisava de financiamento para seus trabalhos. Por último, os escritos serviam, ainda, para a divulgação do trabalho da Igreja Católica a fim de contrapor e combater o crescimento protestante na Europa.

As cartas jesuíticas e sua análise como fonte precisam, nesse aspecto, ser percebidas como fontes intencionais, produzidas pelos atores do seu tempo, mas não de forma neutra. Pensar esses documentos como monumentos compreende perceber que as cartas jesuíticas tinham a função de construir uma memória coletiva ao narrar as experiências dos missionários, o que eles denominavam como “conversão dos indígenas” e a descrição das novas terras, formulando uma memória coletiva que influencia como essas sociedades são vistas e lembradas, mesmo que tal visão seja, sob os conceitos da atualidade, muitas vezes preocupante.

Ainda, as cartas podem ser vistas como instrumentos de perpetuação de valores religiosos e culturais. Através da sua narrativa, os jesuítas transmitiam valores cristãos e europeus, tentando moldar as sociedades indígenas de acordo com esses princípios. Esse processo de transmissão de valores reflete a função do “monumento” como veículo de uma mensagem que atravessa o tempo.

Por fim, assim como os monumentos físicos ajudam a construir identidades nacionais ou culturais, as cartas jesuíticas contribuíram para a construção de uma identidade colonial, influenciando a maneira como as sociedades europeias viam as terras colonizadas e seus habitantes.

Considerações finais

Ao examinar as orientações de Inácio de Loyola de como deveriam ser escritas as cartas da Companhia de Jesus sob a perspectiva das fontes como monumentos, bem como a intencionalidade presente na sua escrita, é possível perceber como esses documentos transcendem o papel de meros registros históricos para se tornarem instrumentos ativos na construção de memória e identidade. As cartas jesuíticas, redigidas com propósitos claros, como a evangelização, a legitimação das missões e a moldagem da imagem do Novo Mundo para o público europeu, revelam-se monumentos simbólicos que perpetuam valores, crenças e narrativas que foram cruciais para a consolidação do projeto colonial.

A intencionalidade dos jesuítas ao escrever essas cartas evidencia uma estratégia de comunicação que buscava não apenas relatar fatos, mas também influenciar percepções e ações futuras, tanto na Europa quanto nas colônias. Ao perpetuar uma visão europeia sobre os povos indígenas e as terras colonizadas, essas cartas ajudaram a construir uma memória histórica que ainda ressoa nos estudos contemporâneos sobre o período.

Nesse sentido, a escrita jesuítica não foi neutra, tampouco inocente, ela possuía objetivos maiores, para além de uma mera troca de correspondências. Ao desenvolver essa conclusão fica explícito que:

Desmonumentalizar o documento histórico, por um lado, é dessacralizá-lo, desfazer seus aspectos edificantes, vislumbrar os interesses humanos, por vezes mesquinhos, que o presidem. Trata-se de deixar de enxergá-lo como “arco do triunfo” e desnudá-lo para que ele possa ser visto como uma criação humana. Dessacralizado ou desmonumentalizado, o discurso edificante – patriótico, enaltecido de acontecimentos ou virtudes, instituidor de uma moral superior e expositor de grandes propósitos – passa a revelar os pequenos interesses e demandas que o constituíram (Barros, 2020, sem paginação).

Portanto, compreender as cartas da Companhia de Jesus como monumentos, mas para além disso, extrair desse monumento sua originalidade e aquilo que historicamente o encobriu de poeira de forma a desconstruí-lo, nos permite uma reflexão mais crítica sobre o papel das fontes históricas na formação de narrativas culturais e identitárias.

Tais narrativas nos lembram que a história não é apenas uma sequência de eventos registrados, mas também uma construção social e cultural moldada por intenções, valores e objetivos específicos. Estudar essas cartas como monumentos nos desafia a considerar o impacto duradouro dessas fontes na memória coletiva e a importância de uma análise crítica da intencionalidade por trás de sua criação.

Referências bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- BARROS, José d'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CARDOSO, Armando, s. j. (org). **Cartas de Santo Inácio de Loyola**. Volume 3. São Paulo: Loyola, 1993.
- CASTRO, Cesar Augusto. Arquivos e fontes na história da educação. IN: Gondra, José Gonçalves, MACHADO, Maria Cristina Gomes e SIMÕES, Regina Hele Silva. **História da educação, matrizes interpretativas e internacionalização**. Vitória/ES: EDUFES, 2017.
- COSTA, Célio Juvenal. **A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. São Paulo: Campinas, Editora da Unicamp, 2003.
- LEITE, Serafim (org). **Monumenta Brasiliae**. Volume IV (1563-1568). Roma: A Patribus Eiusdem Societatis Edita, 1960. Monumenta Historica Societatis Iesu, v. 87.
- LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo Cartas: Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 11-32, 2002.
- LOYOLA, San Ignacio de. **Obras completas de San Ignacio de Loyola**. Madrid: BAC, 1963.
- ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca. **Monumenta Histórica: O Ensino e a Companhia de Jesus (séculos XVI a XVIII) - Volume I (1540-1580)**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2015.